

O Cadastro de Empresas e sua Aplicação na Mobilização Nacional: revisão da literatura

The records of Enterprises and its Application in National Mobilization: a literature review

Tenente Coronel Aviador Wilson Galão Rodrigue^{1,2}

¹ Aluno do Curso de Comando e Estado-Maior 2007 ECEMAR/UNIFA

² Aluno do MBA em Gestão de Processos pela Universidade Federal Fluminense - UFF



RESUMO

Este artigo científico é uma revisão da literatura sobre a Mobilização Nacional, que tem por objetivo investigar o cadastro de Empresas Diretamente Relacionadas com a Segurança Nacional (EDR/SN), no qual são armazenados dados de caráter sigilosos sobre empresas com diversificados ramos de atividade, julgados importantes para que, de forma rápida e eficiente, possa se atender às necessidades específicas ao emprego armado. Apresentam-se, desde a Antigüidade, fatos relevantes e idéias que possibilitaram a ampliação da capacidade dos exércitos. Da atualidade, em pesquisa bibliográfica e documental, conceitos e legislações são apresentados permitindo ao leitor o entendimento sobre logística e Mobilização Nacional, de forma a compreender a importância da Nação em possuir forte poder de mobilização. Mostra, também, a grandiosidade desse processo, por ser interministerial, e o envolvimento exigido tanto dos militares quanto da população civil. Por fim, esta pesquisa embasa o autor a efetuar a análise proposta, à qual será restrita ao universo do cadastro das EDR/SN no ano de 2006, quanto às informações nele contidas atenderem às necessidades da mobilização.

Palavras-chave: Segurança nacional. Mobilização nacional. Emprego armado. Militares.

Recebido: 26/03/2008

Revisado: 25/08/2008

Aceito: 19/09/2008

***Autor:** Tenente Coronel Aviador Wilson Galão Rodrigues, formado pela Academia da Força Aérea em 1988; Curso de Especialização em Logística (ILA); Curso de Logística e Mobilização Nacional (ESG); Aluno do Curso de Comando e Estado-Maior 2007; MBA em Gestão de Processos (UFF-2007). **Contatos:** e-mail: wilsongr82@yahoo.com.br.



ABSTRACT

This article is a literature review of the National Mobilization and aiming to investigate the records of enterprises that are directly involved with the National Security. In these records are registered secrets data about some companies that work with fields judged important in case to be necessary to support the armed employment. Some relevant facts and manner that could to amplify the army capacity have been showed since the ancient times. Currently, some concepts and legislations about logistic and National Mobilization are easily available allowing the general population understands how important is the National has a strong capacity of mobilization. It can be also understood the magnitude of the mobilization process once it is done among several Ministries and between civilian and military personnel. Finally from this research was possible to make an analysis about enterprise records 2006 contents in order to supply the mobilization needs.

Keywords: *National security. National mobilization. Armed employment. Military personnel.*

INTRODUÇÃO

Vem crescendo, nos últimos anos, o enfoque dado à Mobilização Nacional no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), pois esta é vista como forma potencial de projeção do poder, ao complementar as necessidades do COMAER.

Buscando identificar no meio civil possíveis fontes de bens e serviços que possam propiciar ao COMAER um incremento à sua capacidade logística, este Comando organizou um cadastro de Empresas Diretamente Relacionadas com a Segurança Nacional (EDR/SN), abrangendo diversas áreas da cadeia produtiva de bens e serviços.

Sendo esse cadastro não muito disseminado no âmbito do COMAER, causa inquietação o fato de saber se as informações nele contidas poderão satisfazer às necessidades da Força, em caso de mobilização. Isso abriu campo para a pesquisa do seguinte problema: Até que ponto as informações contidas no cadastro das EDR/SN atenderão às necessidades do COMAER, em caso de Mobilização Nacional?

Na proposta de investigar cientificamente o processo de cadastro das EDR/SN, com foco no banco de dados gerados pelas Unidades do COMAER, no ano de 2006, surge a necessidade de efetuar uma pesquisa bibliográfica e documental referente a esse assunto, a qual será desenvolvida neste artigo científico.

Dentro da revisão da literatura, serão apresentados, em seqüência cronológica, algumas

formulações de idéias e fatos relevantes que foram aplicados e contribuíram para o sucesso das operações militares, permitindo aos governantes e nações ampliar seus horizontes e concretizar seus desejos. Ao chegar à atualidade, a apresentação de conceitos e legislações pertinentes darão ao leitor conhecimento para entender a importância do processo de mobilização na vida da nação, bem como sua influência na população civil e a dependência desta mesma população para a nação em guerra.

Como será visto, este artigo tem contexto atual, apresenta fatores relevantes para a mobilização. Insere-se nas diversas áreas governamentais, quer sejam civis ou militares. No campo da política, a capacidade de mobilização amplia o poder de negociação do Estado, da mesma forma que depende de leis e regulamentações para sua execução. A sociedade beneficia-se dessa projeção, ao integrar uma nação forte, e sentindo-se, conseqüentemente, um povo forte. A mobilização demanda por uma base industrial forte e desenvolvida tecnologicamente, que por sua vez impulsiona a economia do país. Também as Forças Armadas ganham muito com tudo isso, por ter a seu dispor bens e serviços que ampliam sua capacidade e sustentação em caso de guerra.

Neste trabalho, as áreas investigadas referem-se aos campos da logística e mobilização. Ver-se-á, no capítulo seguinte, que mesmo focado no problema proposto, há imenso número de possibilidades para exploração dos campos acima citados.



A logística é tema atual de estudos, amplamente divulgados, pela sua importância dentro das empresas civis e órgãos governamentais. Já a mobilização, não menos importante, ainda é tratada de forma restrita no âmbito militar. Na seqüência, ambos os temas serão tratados de forma a permitir amplo entendimento dessas características.

1 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo será apresentada uma revisão bibliográfica, balizando-se inicialmente em fatos históricos, e ocorrências que suscitam reflexões sobre os novos conceitos, dentro do contexto da mobilização nacional. Seqüencialmente, serão enfocadas as leis, normas e regulamentos atuais, sob a luz do embasamento teórico, justificando-se a necessidade de conhecer os recursos civis disponíveis para dispor do seu uso em momento e quantidade oportunos.

1.1. ASPECTOS HISTÓRICOS

Há mais de 2.500 anos, o estrategista Sun Tzu, referido por Sawyer (2004), estabeleceu, em sua obra *A Arte da Guerra*, uma série de idéias e princípios, considerados indispensáveis até os dias atuais:

Em geral, a estratégia para empregar a força militar é essa: se há mil carros de ataque puxados por quatro cavalos, mil carros de suporte recobertos com couro, cem mil soldados providos de cotas de malha, se as provisões são transportadas por mil quilômetros, então as despesas domésticas e externas de campanha, os gastos com conselheiros e convidados, materiais como cola e laca e o suprimento de carros e armaduras totalizarão mil peças de ouro por dia. Só então se pode mobilizar um exército de cem mil. (apud SAWYER, 2004, p. 56).

Observa-se, pela transcrição acima, que desde aquela época, aproximadamente 509 a.C., já existia uma preocupação para a aplicação de uma força militar, no tocante à logística necessária ao seu apoio e sustentação, e que haveria demanda de recursos financeiros e de materiais não sustentados por esse exército.

Conforme comentado por Sawyer (2004, p. 58), “os problemas logísticos na Antigüidade eram geralmente resolvidos suprindo as provisões iniciais com constantes envios e coletas de mantimentos, compras de aliados amigáveis e saques”.

Também em Sawyer (2004, p. 58) extraiu-se dos ensinamentos de SUN TZU que “suas estimativas de despesas necessárias para mobilizar e sustentar um exército em campanha [...] evidenciam que se requeria um esforço nacional [...]”.

Com isso, nota-se que o esforço despendido para um combate extrapola a capacidade individual daquele exército, interferindo diretamente na vida da Nação, ao se direcionar, em qualquer nível, os insumos e esforços desse povo na sustentação do combate.

Na Antigüidade chinesa, os bens particulares eram facilmente postos à disposição do governo para os fins que julgasse necessários. Não é notada a existência de leis ou regras claras no sentido de se preservar a propriedade privada. A expressão seguinte denota bem esse fato: “a riqueza privada e estatal são uma única”. Essa era a visão de Sun Pin, comentada por Sawyer (2004, p. 207) de que não deve haver distinção entre a riqueza material pessoal e estatal. Esse autor afirma: “Antes, utilizar todas as fontes de riqueza para fins governamentais, incluindo as atividades militares, é crucial” (SAWYER, 2004, p. 207).

Ainda da Antigüidade, na Macedônia, mais especificamente na época do reinado de Alexandre, o Grande, ocorrido entre os anos de 336 a.C. a 323 a. C. (BOSE, 2006), extraem-se outros fatos marcantes para o assunto em pauta.

Conforme relatado por Bose (2006), no cerco à cidade fenícia de Tiro, iniciado no meio do inverno de 333 a.C., considerado o maior sítio de toda a História, Alexandre intencionava construir uma ponte de aproximadamente 800 metros, como seu principal meio de acesso à ilha de Tiro, tida como a melhor e mais poderosa base naval da marinha fenícia. Com a resistência imposta pelos fenícios à construção da ponte, Alexandre dirigiu-se, acompanhado de um pequeno contingente de seu exército, até o porto fenício de Sídon, apoderando-se dos 80 trirremes ali ancorados. Vendo para que lado do combate estava pendendo a balança do poder no Mediterrâneo, o rei de Chipre contribuiu com sua frota de 120 navios. A mesma decisão teve Rodes. Com isso, em pouco tempo, Alexandre retornava a Tiro com uma frota três vezes superior



à daquela cidade. Após munir essas embarcações com lançadores, aríetes, balistas pontes para desembarque, Alexandre conseguiu seu intento.

Viu-se que, para essa conquista, Alexandre valeu-se de recursos civis confiscados no porto de Sídon, e de outras embarcações cedidas por Rodes e pelo rei de Chipre. Apesar das embarcações não serem tipicamente militares, essas foram modificadas de forma a contribuir para o aumento do poder militar da tropa macedônia.

Ficou evidente, nessa conquista, a necessidade de ampliação da capacidade combativa com recursos marítimos civis, incorporados por meio de confisco e doações que, posteriormente, tiveram algumas de suas características modificadas, para ampliar o poder naval de Alexandre, dando um desfecho vitorioso aos macedônios.

Outro fato relevante, mencionado por Bose (2006), foi a importância atribuída por Alexandre à logística, tornando-a fator central de suas campanhas, confiando sua condução a um de seus maiores generais. A cada vitória dos macedônios, o general era encarregado de recolher toda a carga de equipamentos, suprimentos e víveres do inimigo. Da mesma forma, antes de passar à etapa seguinte de uma campanha, era sempre enviado um grupo avançado, encarregado de recolher suprimentos dos habitantes, diante de um administrador ou governante nativo.

Essa forma de ampliação da capacidade logística perdurou na História Militar. Já na Segunda Guerra Mundial, foi elaborado um plano contendo dados sobre as fontes de recursos. Este foi o precursor do Plano de Preparo Industrial, nos moldes do existente na atualidade no Governo dos Estados Unidos da América (VAWTER, 1983).

Ainda de acordo com Vawter (1983), esse Plano detalhava onde os itens essenciais poderiam ser

obtidos, inteirava as indústrias sobre suas tarefas, em época de guerra, delineava um Plano Industrial que propiciasse uma rápida mobilização, mantendo os registros dos produtores e suas capacidades, dentre outros detalhamentos.

O Brasil também participou da Segunda Guerra Mundial, com o envio de tropas e pilotos para combater na Itália, ao lado dos aliados. Nesse caso, o Estado dedarou guerra contra o bloco do eixo, e lutando ao lado dos Estados Unidos, reforçou as tropas aliadas, fora do território nacional, em continente europeu. Não houve combates dentro do território brasileiro.

Mesmo assim, o poder militar do Brasil existente à época não foi suficiente para, sozinho, atender às necessidades da Nação. Houve, então, uma mobilização de pessoal (reservistas), conforme se vê na figura 1.

Para convocação dos reservistas, uma forma identificada de divulgação da notícia foi por meio do jornal “O Globo”, que em 1942 estampou em primeira página o título “Mobilização Geral!”.

Mesmo com essa participação do Brasil, observa-se que, pela raridade de envolvimento em grandes conflitos armados, os assuntos relacionados com a mobilização não são de conhecimento da maioria do povo brasileiro.



Figura 1- Jornal “O Globo”, de 1942.
Fonte: BRASIL, 2005a.



Viu-se que, desde a Antiguidade, os exércitos demandaram por recursos produzidos pela população civil para sustentarem-se no combate. Nos dias de hoje, a evolução da humanidade demanda uma maior organização e complexidade no apoio necessário aos conflitos armados.

2.2 ATUALIDADE

A base industrial de mobilização do exército americano, consistindo-se das facilidades e equipamentos do Governo, e o suporte à base industrial do setor privado, são inadequados para suportar as necessidades materiais do exército em caso de uma guerra (VAWTER, 1983, p. IX, tradução nossa).

Essa conclusão foi tirada do exercício de mobilização Proud Spirit, realizado em 1980, e confirmada em outro painel do *House Armed Services Comittee Defense Industrial Base*, onde afirmou-se que essas reservas suportariam somente cenários de guerras curtas, sendo a base industrial incapaz de incrementar sua produção na razão necessária. (VAWTER, 1983).

Dentro desse enfoque que se apresenta o conceito de Mobilização Nacional, assim definido como:

Conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, desde a situação de normalidade, complementando a Logística Nacional, com o propósito de capacitar o país a realizar ações estratégicas no campo de Defesa Nacional, para fazer face a uma agressão estrangeira (BRASIL, 2005a).

Conforme doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), vista em Brasil (2005a), a ação de prevenir, neutralizar e eliminar ameaças não deve ficar no sabor das improvisações. Uma guerra pode ter início sem os longos períodos de tensão política. Com isso, os prazos para a execução da mobilização passam a ser curtos e constituem-se fator de grande importância, exigindo que ela seja planejada e preparada desde o tempo de paz.

No contexto da fase de Preparo da Mobilização Nacional (BRASIL, 2005a), onde as finalidades são de planejar todas as atividades relacionadas com a sua execução, tomar medidas que incentivem e fortaleçam o Poder Nacional e exercitar essas atividades, testando-as e corrigindo possíveis falhas, ressalta-se nessa fase promover-se-á a liberação de recursos indispensáveis a disciplinar

o fortalecimento do Poder Nacional, procurando, com isso, evitar que haja a redução da capacidade vital da Nação.

Para efeitos de estudo do Poder Nacional, este é dividido nas seguintes Expressões: Política, Econômica, Psicossocial, Militar e Científica e Tecnológica. (BRASIL, 2005a). Dentro da Expressão Militar, a mobilização deve ser planejada de modo a assegurar os recursos necessários à rápida transformação estrutural das Forças Armadas.

Dessa forma, a colocação de encomendas educativas nas indústrias, a formação e cadastramento de reservas aptas, o incremento da pesquisa e desenvolvimento, bem como a busca de padronização e nacionalização de materiais e itens de interesse militar são algumas das atividades essenciais a serem empreendidas. (BRASIL, 2005a).

Em pesquisa documental, vê-se no art. 22 da Constituição, item XXVIII (BRASIL, 1988), que compete à União legislar sobre a defesa territorial, a defesa aeroespacial, a defesa marítima, a defesa civil e a Mobilização Nacional. Já no art. 84, item XIX, vê-se que cabe exclusivamente ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a Mobilização Nacional.

Fica claro, então, que os assuntos afetos à Mobilização Nacional extrapolam o âmbito das Forças Armadas, sendo de interesse da Nação. Como representante do Povo brasileiro, o Congresso Nacional tem a incumbência de legislar em prol desses interesses.

Com referência na Constituição (BRASIL, 1988), tramita no Congresso Nacional, proposto pelo Ministério da Defesa, o Projeto-de-Lei nº 2272/2003, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). Consta nesse Projeto-de-Lei que, na decretação da Mobilização Nacional, o Poder Executivo especificará, dentre outras, as medidas necessárias à reorientação da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo de



bens e da utilização de serviços, à intervenção nos fatores de produção públicos e privados e à requisição e ocupação de bens e serviços.

Mesmo sendo grande beneficiado pela Mobilização Nacional, o Ministério da Defesa não é o único responsável pelas ações necessárias à Mobilização. Quando se fala em reorientação, comercialização e intervenção nos fatores de produção, entende-se a grandeza do processo, e a abrangência interministerial, com diversas responsabilidades, podendo englobar a área da economia, da ciência e tecnologia, do planejamento, dentre outras.

Apesar de ainda não ser aprovado pelo Congresso Nacional, esse Projeto-de-Lei sinaliza a importância que o uso dos bens e serviços representa para a Mobilização Nacional, expandindo a capacidade do componente militar do Poder Nacional.

Vislumbrando a necessidade de se inserir nesse processo, a Força Aérea Brasileira dispôs de norma interna com a finalidade de determinar a estrutura, as atribuições e o funcionamento do SISMAERO (Sistema de Mobilização Aeroespacial).

Considerando a logística como fator decisivo no apoio ao combate, a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (BRASIL, 2005) afirma que os Planos de Mobilização deverão ser elaborados com precisão, tomando-se por base dados de pessoal e de indústrias que poderão fornecer serviços, materiais e recursos humanos.

Surge, então, a necessidade de entendimento quanto à definição do que são Empresas Diretamente Relacionadas com a Segurança Nacional (EDR/SN):

Entidades capazes de prover recursos de toda ordem que representam, desde os tempos de paz, potenciais que poderão ser transformados oportunamente em poder, considerando-se as características específicas em determinada hipótese de emprego (HE)". (BRASIL, 2002, p. 9).

Fica evidente que há grande importância na identificação dessas entidades provedoras de recursos, bem como no conhecimento detalhado de seus bens ou serviços. A contratação de atividades logísticas de empresas especializadas apresenta o benefício da redução dos riscos e incertezas (BALLOU, 2006).

Não basta somente cadastrar essas empresas. Faz-se necessário, também, testar e manter um canal de relacionamento ativo, por meio de encomendas educativas, tidas como aquisições mínimas de interesse estratégico, realizadas rotineiramente, dimensionadas em decorrência de necessidades logísticas originadas de um planejamento operacional específico. (Id. *ibid.*, 2002).

No que concerne à seleção das EDR/SN, conforme a ICA 410-1 (BRASIL, 2002a), são objetivos dessa escolha a obtenção na indústria nacional, com oportunidade de materiais de emprego militar. A seleção serve para identificar as fontes de matérias-primas, insumos e serviços de interesse, bem como para possibilitar que se faça uma estimativa de custos das providências a serem adotadas.

O SISMAERO tem a tarefa de identificar as empresas que fornecerão os bens ou serviços que possibilitem o apoio logístico a todas as Unidades da Aeronáutica envolvidas na operação (BRASIL, 2002a).

Os critérios do SISMAERO, para identificação dessas empresas, balizam-se na necessidade de se obter, de forma planejada, tais itens ou serviços na quantidade necessitada, no tempo e locais onde a demanda da Força assim o exigir.

Como visto neste artigo, as operações militares, desde a Antigüidade demandaram por transporte, considerado um fator restritivo dentro da logística. Dessa forma, conforme Blanchard (1998), são dados importantes para um banco de dados que contenha empresas de transporte: sua capacidade (medida em volume, quantidade, peso, modal, etc.), tempo para realização (para pequenas e grandes distâncias, tempo médio de entrega, tempo por etapa parcial, etc.).

Sendo assim, ao acessar um banco de dados de EDR/SN, seria de grande eficiência que dele se pudessem extrair informações quantificadas que demonstrassem fatores de efetividade (BLANCHARD, 1998). São dados importantes para um planejamento logístico: capacidade, razão de entrega, alcance, precisão, velocidade, bem como outros indicadores de interesse. Para suporte a um sistema operacional, medidas de *maintainability*,



transportability, dependability, etc., são importantes e servem de base ao planejamento das necessidades.

A mudança da natureza da economia é também uma razão porque a base industrial da atualidade pode ser menos suscetível à mobilização, se comparada à base industrial de meio século passado. Informatização e práticas de manufatura como “just-in-time” significam incremento na produtividade freqüentemente vem acompanhadas por estreitamento da junção e menor folga (FALK, 1996, p. 125, tradução nossa).

A frase descrita acima denota a complexidade que envolve uma interferência na produção, devido a práticas evoluídas e competitivas de gestão empresarial. Não se pode admitir que haja simplicidade numa linha de produção e facilidade em modificá-la.

Assim, “é de suma importância o planejamento da Mobilização Nacional, desde os tempos de paz, para que seja assegurada eficácia em sua execução, quando em situação de emergência” (BRASIL, 2005a, p. 87).

Conforme a ESG (2005a), é no preparo da Mobilização Nacional que será promovida a liberação de recursos indispensáveis, procurando evitar a redução da capacidade vital da Nação. Desse modo, os transtornos à vida nacional serão diminuídos e haverá maior facilidade em se passar de uma situação normal para uma situação de emergência.

Kyriakopoulos e Losman (2005, tradução nossa) afirmaram, em seu artigo, que problemas de alocação, utilização e distribuição de recursos se tornam mais difíceis com a intensificação da mobilização, porque as limitações sociais e políticas são mais intensas e velocidades de resposta se transformam em variável crítica. A base industrial de defesa é envolvida como um subconjunto do espaço econômico nacional e internacional, dentro de um conjunto industrial essencialmente maior. Aplicações globais da tecnologia da era da informação são eficientes para organizar plantas, equipamentos e facilidades de utilização, comumente pela redução dos estoques ou regida pela capacidade industrial instalada. Para aquelas indústrias de defesa que provavelmente não sobrevivem ou não mantêm capacidade de produção adequada, quando expostas à economia

de mercado, políticas de suporte poderiam estimar a lacuna entre a produção atual e a desejada.

Assuntos referentes à Mobilização Nacional revestem-se de grande importância e complexidade, em envolver políticas de fomento industrial, decisões sobre meios a serem utilizados, bem como avaliações da cadeia produtiva quanto à sua capacidade e aplicação, em caso emergencial.

Nesse enfoque, Hawkins (2004, tradução nossa), comenta em seu artigo que uma grande nação necessita de uma base industrial doméstica forte, não somente em capacidade de manufatura e fornecimento de bons empregos, e um padrão elevado de vida a seus cidadãos, como também a capacidade de integrar a pesquisa e o desenvolvimento, a longo prazo, com processos industriais avançados para suportar o progresso econômico e para atender às necessidades nacionais e aos objetivos estratégicos.

Há documento normativo do Departamento de Defesa Americano que prevê a análise da capacidade industrial de defesa (ESTADOS UNIDOS, 2003a, tradução nossa), e estuda a validade da exigência dos produtos ou serviços de interesse para missões atuais ou futuras, e para o preparo e sustentação destas missões; quais capacitações são essenciais para a fabricação ou fornecimento de serviços; se essas capacitações são únicas e estão em risco; se os custos e benefícios para todas as alternativas foram avaliados e se é recomendada solução de melhor relação custo / efetividade.

Com o propósito de aumento na capacidade de transporte, visando atingir aos requisitos de preparo da mobilização, foi desenvolvido, nos Estados Unidos da América, um programa destinado à utilização de navios civis em auxílio às necessidades do Departamento de Defesa Americano (ESTADOS UNIDOS, 1998).

Esse programa recebeu o nome de *Voluntary Intermodal Sealift Agreement* (VISA), e garante às empresas voluntárias benefícios, em compensação às adequações que essas empresas tenham que realizar, dadas as exigências necessárias à participação nesse programa.

Segue-se, transcrito na publicação USTRANSCOM Pamphlet 10-01 (ESTADOS



UNIDOS, 1998, tradução nossa), as palavras do Presidente George Bush:

A indústria comercial de navios de carga dos Estados Unidos, em sua capacidade, proverá transporte marítimo na paz, na crise, na guerra... Recursos suficientes próprios deverão estar disponíveis para atender a uma resposta unilateral (ESTADOS UNIDOS, p. ii).

Essas palavras reforçam a importância dada à mobilização, pois mesmo um país com elevado Poder Militar, demonstrado em combates realizados nos últimos anos, utiliza-se desse recurso para ampliar sua capacidade.

O Ministério da Defesa busca fortalecer a Base Industrial de Defesa (BID), com a aprovação, em 2005, da Política Nacional de Defesa (PNID). Define-se a BID como sendo:

O conjunto das empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participem de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa (BRASIL, 2005b).

Para se atingir esse intento, alguns objetivos específicos foram traçados, como a conscientização da sociedade em geral, quanto à necessidade de o País dispor de uma forte BID, a diminuição progressiva da dependência externa de produtos estratégicos de defesa, valendo-se da produção interna, a redução da carga tributária incidente sobre a BID, o aumento da competitividade da BID brasileira para expandir as exportações e a melhoria da capacidade de mobilização industrial na BID (BRASIL, 2005b).

Com essas medidas, o Brasil busca ampliar sua capacidade de mobilização, fortalecendo suas indústrias de defesa, incrementando ou mantendo a independência externa de produtos estratégicos.

Nota-se, desde o começo, que a mobilização foi uma constante necessidade de todos os governos mencionados nesta pesquisa, sempre visando a ampliação do Poder Nacional, por meio de uma de suas expressões, mais notoriamente, projetando a Expressão Militar.

O conceito de mobilização e sua aplicação evoluiu bastante, bem como sua complexidade, impulsionado pelo crescimento industrial e pela evolução tecnológica.

Comentado por Blanchard (1998), a utilização de indicadores torna-se muito importante para que um planejamento logístico seja bem executado.

Em outro aspecto, ressaltam-se as vantagens de se contratar empresas especializadas para atender às necessidades logísticas não contempladas ou totalmente executadas com recursos próprios, conforme Ballou (2006).

Visando atender às necessidades nacionais e aos objetivos estratégicos, salienta-se o comentário de Hawkins (2004, tradução nossa) sobre a importância de uma grande nação possuir uma forte base industrial.

Esses três autores tratam de assuntos complementares na aplicação da mobilização: a medição e o planejamento logístico na definição das necessidades, a utilização de bens e serviços, em complemento à capacidade instalada e quanto à importância da base industrial na sustentação da Nação, e na projeção de seu Poder Nacional.

A doutrina da ESG segue a mesma linha de pensamento dos autores citados, e está bastante focada no estudo da política e estratégia. Seus conceitos são atuais e merecem maior discussão no âmbito da sociedade brasileira.

Por serem áreas complexas, a logística e a mobilização abrem vasto campo ao estudo, desenvolvimento e aplicação de seus conceitos. Diversos ramos podem ser explorados. Neste caso, o embasamento teórico servirá para a medição, de forma objetiva, o cadastro das EDR/SN.

Esta pesquisa bibliográfica e documental não esgota o assunto, mas expõe uma parte de um vasto campo a ser explorado. A mobilização nacional mostra-se como um fator de segurança para a Nação. Tem amplo poder dissuasório, ao fortalecer os pilares do Poder Nacional, em todas as suas expressões (política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica).

CONCLUSÃO

O Brasil vive, há vários anos, uma época de paz, sem envolvimento em conflitos armados, apresentando bom relacionamento com os países vizinhos. Isso não exclui a possibilidade futura de uma modificação, no cenário mundial, que force o



país a um emprego das Forças Armadas, para a manutenção de sua soberania.

Desde a Antigüidade, o mundo passou a vivenciar diversos conflitos militares, ora setorizados ou globais, como foi a Segunda Guerra Mundial.

Foi visto que, nos conflitos mencionados, a mobilização nacional foi amplamente utilizada, com a finalidade de suprir os exércitos de pessoal, bens e serviços necessários à sustentação do combate.

A guerra não é executada somente pelo braço armado, e nem por este declarada. A Nação é quem entra em guerra, e há grande alteração no modo de vida da sociedade. Bens podem se tornar escassos, por se mudarem as prioridades e destinação dos recursos gerados.

Uma mobilização bem planejada, executada por uma nação fortalecida, detentora de uma base industrial forte e desenvolvida, apresenta menor impacto na vida diária do cidadão comum, em relação a um país com menos expressão e capacidade.

Dentro de um planejamento adequado da mobilização, faz-se necessário conhecer as necessidades, bem como identificar, em âmbito externo à Organização em que se pode buscar, em momento oportuno, por bens e serviços de interesse, com a finalidade de manter ou aumentar a capacidade de combate, em caso de envolvimento em conflito armado. Para tal, um cadastro das empresas seria uma forma de se agregar tais informações.

Torna-se, então, imprescindível medir objetivamente esse cadastro, para saber até que ponto as informações contidas no cadastro das EDR/SN atenderão às necessidades do COMAER, no caso de mobilização nacional.

Longe de esgotar o assunto, esta pesquisa mostra a sua relevância, e embasa o autor, por meio de exemplos e conceitos relatados, em uma linha de investigação, a analisar o cadastro das EDR/SN, do ano de 2006, quanto às informações nele contidas atenderem aos anseios da mobilização.

Dentro das documentações e bibliografias pesquisadas, viu-se a importância dos temas

relacionados com a logística e mobilização, bem as inúmeras possibilidades de aprofundamento nesses temas. Isso enriqueceria o conhecimento do povo brasileiro, ajudando a desmistificar os assuntos sobre mobilização como algo restrito ao âmbito dos militares.

Conclui-se, com uma frase de Sun Tzu, referida por Sawyer (2004), o pensamento para reflexão dos leitores: “Eis a estratégia para empregar o exército: não confiar em que o inimigo não virá, mas ter em nossas mãos os meios de esperá-lo. Não confiar em que ele não atacará, mas depender de nós ter uma posição inatacável”. (apud SAWYER, 2004, p. 98).

REFERÊNCIAS

BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: **logística empresarial.**

5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 616p.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira: **DCA 1-1. Brasília, DF, 2005.**

_____. Estrutura, constituição e funcionamento do SISMAERO: **NSCA 410-1. Brasília, DF, 2002.**

_____. Seleção de empresas diretamente relacionadas com a segurança nacional: **ICA 410-1. Brasília, DF, 2002a.**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 02 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. Manual básico: assuntos específicos. Rio de Janeiro, 2005a.



BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa n. 899, de 19 de julho de 2005. **Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID. Brasília, DF, 2005b. Disponível em** <http://www.defesa.gov.br/industria_defesa/index.php?page=pnid>. **Acesso em: 12 jun. 2007.**

BRASIL. Projeto de Lei n. 2272, de 2 de outubro de 2003. **Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB. Disponível em** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2003/msg507-061003.htm>. **Acesso em : 02 mar. 2007.**

BLANCHARD, B. S. Logistics engineering and management. 5. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998. 526p.

BOSE, P. S. Alexandre o Grande: a arte da estratégia. Rio de Janeiro: Best Seller, 2006. 334p.

ESTADOS UNIDOS. Department Of Defense. Directive number 4500.43, of November 21, 2003. Operacional support airlift (OSA). **Disponível em:** <<http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/html/450043.htm>>. **Acesso em 10 jun. 2007.**

_____. **Directive number 5000.60, of December 8, 2003a.** Defense Industrial Capabilities Assessments. **Disponível em:** <<http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/html/450043.htm>>. **Acesso em 10 jun. 2007.**

_____. **Pamphlet 10-1, of September 21, 1998.** Voluntary intermodal sealift agreement. **Disponível em:** <<http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/html/450043.htm>>. **Acesso em 29 mar. 2007.**

FALK, S. L. Pure logistics: the science of war preparation. Washington, DC: National Defense University, 1996. 133p.

HAWKINS, Willian R. Defense Procurement: emergency measures versus long-term policy. 2004. **Artigo. Disponível em:** <http://www.americaneconomicalert.org/view_art.asp?Prod_ID=1126>. **Acesso em 12 abr.2007.**

KYRIAKOPOULOS, Irene; LOSMAN, Donald L. The economics of mobilization in the information age. 2005. **Artigo. Disponível em:** <http://www.dtic.mil/doctrine/jel/ifg_pubs/1637.pdf>. **Acesso em 15 abr. 2007.**

PINGITORI, Marco Antonio. Mobilização aeroespacial: a visão de seu planejamento atual. 2005. **Artigo científico (Especialização em Logística e Mobilização Nacional) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro.**

SAWYER, R. D. A arte da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 336p.

VAWTER, R. L. Industrial mobilization: the relevant history. Washington, DC: National Defense University, 1983. 115p.

GLOSSÁRIO

Aríetes – Ferramenta utilizada para romper portas e muralhas de castelos.

Dependability – **Característica inerente de um produto. Dependência em função da confiabilidade e da suportabilidade.**

Encomendas educativas – Compras em quantidades baixas destinadas ao treinamento e a manter o canal comercial ativo.

Nação – Agrupamento de seres com afinidade, organizados politicamente num território.

Maintainability – **Característica inerente de um sistema ou projeto de um produto. Refere-se à facilidade, precisão, segurança e economia nas ações de manutenção.**

Plano de Mobilização – Plano contendo informações essenciais para a realização da mobilização.

Plano de Preparo Industrial – Plano destinado a preparar as indústrias, no caso de mobilização.

Poder Nacional – É a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional.

Soberania – Manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos.

Transportability – **Característica inerente de um produto quanto à facilidade, segurança e sua mobilidade de forma geral.**

Trirremes – Antiga embarcação grega, impelida por remos, colocados em três níveis e por uma vela.

